



**Todos os caminhos levam aos guaranis.**

**Alguns aspectos das relações entre índios, espanhóis e portugueses na América meridional (séculos XVI e XVII).<sup>1</sup>**

FERNANDA SPOSITO\*

**APRESENTAÇÃO**

Este artigo focaliza a América meridional durante o período colonial, a partir da capitania de São Vicente (nos domínios portugueses), até a província do Paraguai/Rio da Prata (nos domínios espanhóis), problematizando esse vasto espaço, com toda sua diversidade de povos e realidades, também pelo viés das redes de contato. Em primeiro lugar há que se considerar que áreas em fronteira apresentam-se, de maneira concomitante, como zonas de colaborações e conflitos, sendo uma espécie de “terra contestada” (“contested ground”), valendo-me da expressão utilizada em livro organizado por Donna Guy e Thomas Sheridan sobre as fronteiras do Império espanhol nos limites sul e norte do continente americano (GUY e SHERIDAN, 1998: 10). A fronteira, para estes autores, seriam áreas de interação histórica, onde nenhum grupo deteria o monopólio da violência de forma hegemônica. Outra concepção que contribui para as ideias trabalhadas neste artigo é a concepção de “membrana” para o campo fronteiro, cunhada por Richard Slatta, através da qual essa localidade, vista de longe, apresentaria um certo grau de precisão, mas observada de perto, demonstraria diversos níveis de permeabilidade, evidenciando os padrões assimétricos de circulação de pessoas e mercadorias (SLATTA, 1990; SLATTA, 1992).

Isso posto, acredito que o estudo do espaço fronteiro seja um eficiente recurso analítico, pois, através da sobreposição de diversas realidades, em zona de fricção entre projetos e situações distintas, torna-se possível notar com mais evidência as características contrastantes e similares em ambos espaços. Neste caso, o artigo pretende mostrar a fragilidade das fronteiras entre América espanhola e América portuguesa nos primeiros

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte do capítulo 1 de minha tese de doutorado, “Através das fronteiras: colonizadores, índios e jesuítas nos limites da América meridional”, que sofreu algumas adequações ao novo formato. SPOSITO, Fernanda. *Santos, heróis ou demônios?* Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26032013-110436/pt-br.php>> Acesso em 29 mar. 2013

\* Professora Faculdade Sumaré, Doutora em História Social pela USP. A pesquisa que originou este artigo foi financiada pela FAPESP.

séculos, uma vez que os tratados de limites só seriam levados a cabo a partir do século XVIII: Madri 1750 e Santo Ildefonso 1777 (KANTOR, 2005; KANTOR, 2007: 80). Entende-se aqui o tratado de Tordesilhas como uma convenção diplomática que, se teve uma forte carga simbólica na ocupação do território americano, jamais passou de uma “linha imaginária”, conforme sentenciou o explorador português Gabriel Soares de Souza (SOUZA, 1879: 5). Assim, os fatores que levaram à ocupação do espaço tiveram mais a ver com os tipos de relações que os invasores estabeleceram com os autóctones, com as condições geográficas e com os próprios limites naturais do território. Os povos guaranis são um dos elementos que nos auxiliam a perceber essas conexões entre as partes da América meridional nos primeiros séculos da colonização e sobre eles serão tecidas algumas considerações nas páginas a seguir.

O mapa apresentado abaixo ilustra os locais onde os núcleos coloniais aqui analisados estavam localizados. Através dele se pode perceber as concentrações populacionais e, ao mesmo tempo, a proximidade entre estes redutos, que muitas vezes podia ser facilitada pelos caminhos fluviais.



As expedições montadas pelo capitão-mor da capitania de São Vicente Jerônimo Leitão a partir de 1585 podem ser consideradas como um marco do início do bandeirismo, segundo o que se tem registro. Até meados da década de 1590 foram constantes as ordens das autoridades da vila de São Paulo para que os moradores não se distanciassem da localidade, mantendo os muros da vila fechados e estando prontos a reagir aos ataques dos índios inimigos, os “contrários”.<sup>2</sup> No entanto, a despeito dos perigos, se consolidou o avanço para além dos muros do planalto, que não deixara de ocorrer nas décadas anteriores, dada a exiguidade do núcleo central em atender às necessidades de terras, cultivos e mão de obra. Prova disso foi a abertura de novos bairros e aldeias (Pinheiros e São Miguel foram fundadas em 1560). Pasquale Petrone, buscando entender o povoamento do interior da capitania, em detrimento da ocupação litorânea, modelo padrão da América portuguesa no início da colonização, mostra a interdependência entre a zona do planalto de Piratininga e o litoral vicentino, o que por sua vez, foi levando à povoação entre estes núcleos ao longo dos séculos (PETRONE, 1995: 45-8).

A resolução do capitão-mor Jerônimo Leitão, em comum acordo com as elites das vilas de São Paulo, Santos e São Vicente, tinha o objetivo de resolver esse impasse. Essa medida foi uma referência não só porque oficializou o avanço da frente colonizadora, mas a fez para limites bastante distantes. Diante da urgência em repor a escravaria do gentio da terra, visto que mais de dois mil deles haviam morrido de doenças e os moradores não seriam capazes de fazer roças e canaviais para se sustentar sem seus escravos para plantar e beneficiar as fazendas, a solução era a guerra campal contra os carijós. Alegava-se que havia mais de 40 anos que esses índios vinham matando homens brancos portugueses e espanhóis, assim como padres da Companhia de Jesus que lhes foram doutrinar.<sup>3</sup>

Sintomaticamente, a realização destas entradas para o sertão, além de cumprir o objetivo de garantir o suprimento de índios para as vilas da capitania, trouxe como consequência o acirramento dos conflitos entre esses grupos. Isso acarretou no “alevantamento” tanto do “gentio nosso amigo”, quanto dos inimigos, impondo uma situação

---

<sup>2</sup> Medidas para que os muros fossem cobertos ou fechados e sobre o risco dos contrários, estão nas atas da Câmara nas primeiras décadas. Sessões em: 01/02/1563, p. 21-2; 13/02/1563, p. 23; 30/04/1563, p. 25; 04/02/1575, p. 63-4; 12/06/1575, p. 74-5; 21/03/1587, p. 311-2; 10/02/1590, p. 384-5; 23/06/1590, p. 402; 26/01/1591, p. 414 (ACTAS, v. 1, 1914).

<sup>3</sup> Sobre a montagem das entradas de Jerônimo Leitão, sessão da Câmara em 10/02/1585 (ACTAS, v. 1, p. 275-9).

de beligerância e ataques contra os sertanistas e moradores de São Paulo ao menos até o ano de 1592.

As bandeiras comandadas e autorizadas por Leitão, além de sinalizarem o futuro, com a rotinização das práticas ofensivas contra os índios do interior do território em direção à América espanhola, também devem ser compreendidas em seu sentido pretérito, que indica o conhecimento que os portugueses tinham dos povos guaranis que viviam nos territórios entre os domínios das duas Coroas. Um indicativo desta vivência deu-se com a atuação de Pero de Correia junto aos carijós, tendo sido descritos por José de Anchieta os martírios dele e de outro irmão da Companhia, que morreram nas mãos de um grupo desta etnia em 1555. Correia havia pouco ingressara na Companhia, depois de ter sido um traficante de guaranis para os domínios portugueses, o que, segundo Cortesão, demonstrava a intensidade das rotas entre o Paraguai e São Vicente (CORTESÃO, 1951: 67). Ainda de acordo com Anchieta, a morte de Pero Correia seria o alicerce para a Igreja que se ergueria no Paraguai e esta ocorrência se deu de maneira simbólica, pois sendo Correia um dos principais portugueses do Brasil que aprisionavam e matavam índios, tornou-se jesuíta e acabou morrendo justamente em defesa dos indígenas (ANCHIETA, 1933: 79-83).

O padre Manuel da Nóbrega reiterou em sua fala não só o fluxo de pessoas, como de informações oferecidas a respeito do Paraguai, dados esses que alimentavam os projetos missionários de Nóbrega, recém chegado a estas terras em 1549:

*Entre outros saltos que nesta costa são feitos, um se fez há dois anos muito cruel, que foi irem uns navios a um Gentio, que chamam os Carijós, que estão além de São Vicente, o qual todos dizem que é o melhor gentio desta Costa, e mais aparelhado para se fazer fruto: ele somente tem duzentas léguas de terra: entre eles estavam convertidos e batizados muitos. (NÓBREGA, 1931: 81-2)*

Uma década depois, Nóbrega, então nomeado provincial da recém fundada província jesuíta do Brasil (1553), elaborou um plano para resolver os impasses enfrentados pelos jesuítas durante a missionação na América. Num texto de 1558, que é considerado o embrião do projeto das aldeias, o interesse do provincial pelos guaranis tornou-se mais patente:

*Desta opinião era Ambrósio Pires e eu também a tive muitos anos até que vi e soube a experiência que se tem em outras partes, scilicet no Peru e Paraguai onde está uma cidade de cristãos no meio da geração Carijó, que é maior que todas desta costa juntas e achega até às serras do Peru, tem mais de*

*trezentas léguas. E quando começaram a senhoreá-las foi com trinta ou quarenta homens somente. E não somente se contentam com terem esta senhoreada mas outros que estão antressachadas e fazem amigos uns com os outros e os que não guardam as pazes são castigados e fazem deles justiça os castelhanos como poucos dias há aconteceu que fizeram aos Índios de São Vicente que confinam com os Carijós por quebrantarem as pazes, que o Capitão do Paraguai havia feito uns com os outros, e outras muitas experiências que se têm tomado desta geração, que eu tenho ouvido e lido e alguma cousa visto. (NÓBREGA, 2000: 242)*

A pergunta central a respeito dessas relações é por que a preferência pelos guaranis, quais características os favoreciam, segundo os portugueses e espanhóis, em relação aos demais povos. Sobre esta questão, apresento algumas inferências. A primeira delas é que os espanhóis os reconheciam como povos amigáveis, o que se demonstrou inicialmente com o *cuñazdago* estabelecido entre os guaranis e os colonizadores na região de Assunção. Além disso, os guaranis constituíam-se numa grande população, espalhada por amplas regiões, eram povos agricultores, coletores e caçadores seminômades, o que acabava por direcioná-los para várias finalidades coloniais, com povoações que funcionavam como um reservatório de mão de obra concentrada e apta aos trabalhos nas lavouras a serviço dos europeus. Cabe mencionar ainda que os guaranis eram conhecedores da região, manejadores de seus recursos naturais, percorrendo trajetos agrestes por terra e rios.

Os portugueses – aliados aos tupiniquins, que foram sendo dominados, tornando sua mão de obra gradativamente escassa – também estavam cientes dessas vantagens dos guaranis em relação a outras etnias. Além do que, o fato dos guaranis serem explorados através dos regimes de *encomiendas* e *mitas* pelos espanhóis (e futuramente o seriam nas missões jesuíticas espanholas) tornava esses povos ainda mais qualificados para as atividades coloniais, já que muitos dos que eram apresados pelos portugueses podiam ser retirados desses outros modelos de exploração. Por fim, há que se referir à semelhança linguística entre os tupis e guaranis, o que facilitava ainda mais o contato e a dominação (CHAMORRO, 2009: 80).

Noutro sentido, deve-se indagar sobre os motivos que levaram tantos grupos guaranis a se aliar aos brancos e as características dessas alianças. Primeiramente, é fundamental entender quem eram os guaranis. Protásio Langer, numa investigação etimológica, procura o sentido do etnônimo “guarani” entre os cronistas coloniais e os estudiosos contemporâneos a respeito dos povos falantes desse idioma, chegando à conclusão que não há uma única e

precisa definição a respeito dessa palavra, pois qualquer tentativa de se traduzir o termo na época esbarrava numa série de inferências, fantasias e livres interpretações daqueles europeus que buscaram caracterizar os povos falantes do guarani. Assim, a palavra “guarani” poderia tanto significar “guerra”, para Montoya, como a “a verdadeira gente”, segundo especula Bartomeu Melià.<sup>4</sup> No entanto, Langer ainda argumenta, a palavra “guará” teria o sentido de “região”, segundo Susnik e Montoya, ao passo que a partícula “ni” segue até o presente sem uma explicação satisfatória.

De todo modo, mesmo não se articulando numa unidade política e apresentando distinções identitárias entre seus grupos, ou “parcialidades”, os povos falantes de língua guarani (catalogada dentro do tronco linguístico tupi, família tupi-guarani) têm como origem provável uma dispersão amazônica, há cerca de dois mil anos atrás. No início do século XVI, estavam distribuídos numa vasta área recortada pelos rios Paraguai, Miranda, Paraná, Tietê, Uruguai, Iacuí e em porções do litoral atlântico. Segundo a antropóloga Branislava Susnik, a unidade comunitária de cada núcleo se expressava por esse termo “guará”. Os guarás mantinham rixas entre si, mas eram portadores de uma identidade cultural, que fazia os guaranis identificarem as outras etnias pelos nomes de “guayás”, “guayanás”, ou ainda “tapi’í”, marcando uma espécie de diferenciação racial. Perante a conquista europeia, esses padrões identitários sofreram algumas alterações, pois devido à homogeneização cultural tentada pelos missionários, os grupos guaranis aldeados sentiam-se diferentes dos grupos que habitavam as matas. De todo modo, frente a outras etnias, voltavam a se identificar dentro de uma unidade guarani, fosse nas reduções ou fora delas.

A descrição a seguir ajuda-nos a entender a organização desses grupos dentro de seus “guarás”, onde e como estavam geograficamente articulados. Isso permite verificar que a colonização espanhola espalhou-se justamente por áreas guaranis.

*La conciencia del “guará” se manifestaba en las relaciones interguaraníes; existía indudablemente una comunicación pantribal: los Carios litoraleños conocían “camino” hacia los Guayráes y Mbaracayúenses; los Mbiazás y los Tapés movíanse por el R. Yacuí hacia los Uruguayenses; los Paranás comunicábanse con sus canoas con los Ygañas, Yguasúenses, Uruguayenses y los mismos Carios asunceños; el R. Paraguay facilitaba el envío de mensajeros o desplazamientos desde la región*

<sup>4</sup> “Ao ser indagado sobre o significado dos étimos que compõem essa palavra, Bartomeu Melià revelou: ‘Nunca he sabido lo que significa guaraní, pero por analogía con guarajú, que serían la gente, la parcialidad áurea o perfecta, la partícula *ni*, indicaría pluralidad, los de aquí, pero tal vez un grado de intensidad y autenticidad: la gente auténtica. Hay que estudiarlo un poco más a fondo.’” (LANGER, 2011: 7-9)

*de los Itatines hacia los Paranás; los “guará” vecinos se consideraban a veces “parientes-amigos”, así Paranás y Uruguayenses, Guarambarenses y Tobatines, sea por formar el mismo ramal migratorio-populacional o mediando relaciones matrimoniales; la caza colectiva en los buenos cazaderos linderos hacíase a veces conjuntamente; en ocasión de grandes convites, las espigas del maíz colgaban en los árboles en señal de participación inter-“guará”; los “mburuvichá” canoeros, con su ethos de movilidad e imposición, solían establecer relaciones de reciprocidad social en carácter de “tovyá-cuñado”, mediando el sistema de la poligamia, con los cabecillas de los “guará” vecinos. (SUSNIK, 1979-1980: 16-7)*

A partir disso, os espanhóis buscaram aliar-se ou submeter à força os guaranis. Os colonizadores usualmente agiam e projetavam suas políticas em relação aos índios dentro de uma bipolaridade, que qualificava os aliados com atributos positivos e os inimigos de maneira deletéria. Isso foi especialmente evidente no caso da política indigenista portuguesa. De todo modo, esse mecanismo de anteposição entre aliados-inimigos é válido para diversas situações conflituosas, especialmente as que se gestaram dentro do sistema colonial.

Como outras etnias tinham padrões de comportamento diferentes dos guaranis em relação aos castelhanos nesta parte da América, isso se refletiu no fato das tentativas tanto dos colonizadores laicos quanto dos jesuítas em submeter outros grupos, como os paiaguás, guaicurús e mbayás, serem muito tímidas em comparação com os resultados obtidos entre os guaranis. Pois para os outros grupos também não faria sentido se aproximar dos espanhóis, que se tornaram amigos de seus inimigos. Quando os castelhanos aceitaram a aliança guarani, ao mesmo tempo estavam demarcando seu espaço em relação aos outros grupos, que ocupavam determinados lugares nas redes interétnicas preexistentes.

As tentativas de se obter aliança com os paiaguás, povo canoeiro que detinha o trânsito pelo rio Paraguai acima, foram em geral infrutíferas, o que resultou numa dificuldade de circulação por esse rio rumo ao norte do continente, que fora arriscada, e por vezes fatal, durante boa parte do período colonial.

*En cumplimiento del orden que tengo de V. S. a 18 de enero salí de este colegio a visitar las reducciones de guayra. Fui por el río en una balsa con harto peligro de la vida, y por lo menos de ser cautivo. Porque los payaguas corren este río con mucha violencia tienen su creitacion mas de ciento y cincuenta leguas estos río del paraguay arriba es gente no siembra, ni tiene asiento fijo. Tienen sus chozas de esteras, o de quenos de todos deteros, y reces aunque ellos no las coman porque no pueden sugir el olor de esta carne. Sustentanse de caza, pesen y lo que les es cestos de mayor segelo es el*

*lagarto, o caimán. Su entretenimiento es guerra. Es poca gente pero con todas las naciones circunvecinas trae pendencia.* (BIBLIOTECA NACIONAL: 1613)

Os guaicurus, que se apropriaram dos cavalos trazidos e criados na América pelos padres e índios reduzidos (sendo chamados de “cavaleiros” na América portuguesa a partir do século XVIII), foram do mesmo modo descritos pelos cronistas espanhóis como irredutíveis. Em 1614, quatro anos depois do início das reduções do Paraguai, foram listadas pelo provincial da Companhia Diego de Torres três províncias: dos Guaicurus, do Paraná e do Guairá. Sobre a redução dos guaicurus, Santa María de los Reyes, houve algumas informações nas cartas ânuas jesuíticas de 1610 a 1613.<sup>5</sup> Em 1624 noticiou-se que a duas léguas de Assunção havia uma redução desses mesmos índios.<sup>6</sup> Devido à falta de outros dados, supõe-se que esta redução ou tenha tido pouca expressão frente à exuberância das missões guaraníticas, ou tenha realmente sido extinta em pouco tempo.

Constam também nas fontes consultadas referências a contatos esporádicos com outros grupos não guaranis. Fez-se menção às entradas dos padres em seus domínios, eventualmente até mesmo a fundação de uma redução entre esses povos, mas a regra foi descrevê-los como inimigos, hostis e infieis. Assim, padecendo de maiores critérios étnicos, os padres descreveram em 1627, nas proximidades das outras reduções do Guairá, o grupo campeiro ou cabeludo, em referência ao fato de levarem os cabelos compridos, levantados como coroas.<sup>7</sup> Talvez fossem ancestrais dos kaingangs, visto que em alguns momentos da história da colonização esse grupo jê meridional, também identificado como guaianá, era chamado de coroados e ocupava as regiões sul e sudeste do atual território do Brasil. Outra etnia identificada como não guarani foram os gualachos, com os quais se fez uma redução, Concepción de los Gualachos, registrada em 1630. Considerada uma etnia com idioma parecido com o guarani, eram inimigos do cacique Tayaobá e, depois de convertidos, tanto os índios gualachos como os guaranis do Tayaobá podiam transitar pelos campos uns dos

<sup>5</sup> Cartas ânuas de 1610 a 1613 (IGLESIA, 1927: 48-9; 89-91; 154-61; 285-290). Certificación firmada del P. Diego de Torres, por lo qual manifestava el numero de doctrinas y rreducciones que tiene, la Comp<sup>a</sup> a su cargo em la Prov<sup>a</sup> del Paraguay, y los pps. empleados en ellas. Fecha en Corbova a 5 de marzo de 1614. (CORTESÃO, 1951, T. 1: 154-6).

<sup>6</sup> Testimonio de la Aprobacion q' hizo el Sor D. Manuel Frias governador el Paraguay, de siete Reduções fundadas en la Prov<sup>a</sup> del Paraguay, y Guayrá a 15 de Marzo de 1624. (CORTESÃO, 1951, T. 1: 181-2)

<sup>7</sup> Carta Anua do P. Nicolas Mastrillo Duran em que dá conta do estado das reduções da província do Paraguai durante os anos de 1626 e 1627. Transcreve-se apenas a parte que diz respeito ao Guairá. Córdoba, 12 de novembro de 1628. . (CORTESÃO, 1951, T. 1: 241-4).

outros.<sup>8</sup> Neimar Machado de Souza, analisando a história do Itatim, atribui a denominação de “gualacho” a um nome genérico dado pelos padres aos povos não guaranis, que num período anterior teriam sido conquistados por esta etnia, falando inclusive o seu idioma.<sup>9</sup>

A possibilidade de transitar por territórios de etnias antes inimigas não deve ser um aspecto desprezado quando se analisa a lógica destas relações entre nativos e colonizadores. Em meio ao processo de conquista e aniquilação a que foram submetidos os índios, muitas vezes a aliança com o europeu podia significar um ganho em relação às disputas interétnicas pré-colombianas. Especialmente em relação aos missionários jesuítas, aceitar a conversão poderia significar o trânsito e usufruto em territórios de etnias inimigas que, devidos às guerras pré-existentes, eram antes vedados. Invertendo a ótica da análise eurocêntrica, os colonizadores também foram instrumentalizados pelos índios na recomposição das relações pretéritas.<sup>10</sup>

A configuração das alianças entre índios e espanhóis na província do Paraguai, além dos choques reais, que serviriam para definir o destino dessas relações, também passava pelas avaliações de diversas autoridades. A instalação inicial dos castelhanos na América meridional só conseguiu ocorrer em Assunção, um reduto guarani. Expandiu-se a partir de então para outras povoações de grupos guaranis: Paraná, Guairá, Itatim, Uruguai, Tape. Quando se tratou de projetar o avanço para novas frentes, especialmente com a atuação dos missionários, que serviriam como ponta de lança e pacificadores dos irredutíveis “selvagens”, fossem eles guaranis ou não, uma divergência a respeito de qual grupo mirar demonstra a dificuldade de vencer outros grupos, como os guaicurús. Em 1610 o marquês de Montesclaros, vice-rei do Peru, discordou do governador do Paraguai Hernandarias, que defendia como um caminho possível o avanço sobre a província dos guaicurús, que ficaria defronte a Assunção. O vice-rei argumentou que esse era um povo áspero e pouco tratável,

---

<sup>8</sup> Sobre os gualachos, Situación de la Reducción de los Angeles en donde ella (?) y los Indios que han convertido por la predicación evangelica en los años de 1629 y 1630. (CORTESÃO, 1951, T. 1: 345-51)

<sup>9</sup> “Daí decorre a característica guerreira dos Guarani, pois, ao chegarem em um novo território que nem sempre estava despovoado, começava uma guerra. O resultado da guerra era a servidão do perdedor, que, além de ceder alimentos, tinha de fornecer mulheres aos guerreiros vencedores. Este procedimento acabava por ‘guaranizar’ outros povos não-guarani, uma vez que os filhos dessas uniões seriam Guarani. No Itatim, Pe. Diego Ferrer chama estes povos guaranizados de Gualachos. Nas vizinhanças da cidade de Xerez, havia duas aldeias de Gualachos, ou seja, povos que não eram Guarani, mas falavam a língua Guarani.” (SOUZA, 2002: 40)

<sup>10</sup> “Antes de la Conquista española ya, los neolíticos guaraníes sufrían de constantes asaltos de los pueblos chaqueños, pescadores y cazadores paleolíticos; la misma orilla izquierda del río Paraguay hacía insegura la pesca; los chaqueños asolaban sus tierras y cautivaban sus mujeres; este contacto hostil entre los vecinos cazadores y cultivadores circunstanciaba una causa poderosa para la alianza de los guaraníes con los españoles”. (SUSNIK, 1965: 187).

que vivia em terra de pântanos. Além do mais, a localização citada por Hernandarias não era exatamente esta, estando os guaicurus mais distantes que o previsto.<sup>11</sup>

O ponto chave desta questão não é a irredutibilidade dessa ou daquela etnia frente às investidas dos colonizadores, mas os diferentes papéis aos quais se procurou enquadrar as populações indígenas. No caso acima, os jesuítas avaliavam os costumes e a selvageria dos guaicurus, mas consideravam de fundamental importância sua conversão, pois, aliados aos espanhóis, serviriam como guarda avançada nos caminhos, “impedindo o passo de Assunção ao Peru”, segundo o provincial dos jesuítas Diogo de Torres (IGLESIA, 1927: 48-9). Desse modo, afirmar que os guaranis foram inicialmente e majoritariamente incorporados à colonização porque eram mais dóceis é reproduzir os discursos dos europeus em relação aos índios. Esses discursos estão intrinsecamente relacionados com suas práticas e intenções. Assim, enunciar os atributos dados aos diversos grupos indígenas sem precisar o que motivava esta qualificação, resulta numa análise incompleta, que invariavelmente reproduz o discurso do “vencedor”.

Além de terem sido essencialmente os braços guaranis que construíram a colonização do Paraguai e Rio da Prata durante os séculos XVI e XVII, também foram dezenas ou até mesmo centenas de milhares deles que permitiram a dinamização da economia da capitania de São Vicente no século XVII. A respeito desse alto contingente, é necessário fazer algumas considerações. Alguns historiadores consideram exageradas as afirmações sobre os números de 300 mil índios levados do Paraguai e Rio da Prata pelos sertanistas ao Brasil até a metade do século XVII e de que 20 mil teriam sido retirados do Guairá somente por uma das bandeiras de Raposo Tavares em 1629. Baseando-se nos números levantados Bartomeu Melià é possível precisar melhor esses dados.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Carta del Virrey del Perú Marqués de Montesclaros a Su Magestad respondiendo a cuatro cédulas de hecha 5 de julio de 1608 sobre materias de gobierno secular tocantes al Rio de la Plata y Tucumán – Informa: 1º sobre la región de Guaira; 2º sobre la que Hernandarias de Saavedra descubrió entre La Asunción, Tucumán, Charcas y Santa Cruz de la Sierra; 3º sobre los indios de guerra que habia en Tucumán y 4º sobre la población de Londres desde los tiempos de Aguirre. Callao de Lima, 18/03/1610. (DOCUMENTAÇÃO, 1922: 309-11)

<sup>12</sup> Segundo o governador do Rio da Prata, Pedro Estevam Davilla, 70 mil índios teriam sido levados de todo o Paraguai até 1637. Cópia de carta informe del governador D<sup>n</sup> Pedro Estavam Davilla por la que representa al Rey por util que sera el se pongan dos Ciudades de Españoles sobre las reducciones de Indios, y que se unan otra vez os Gobiernos del Paraguay y B.A. fha em B. Ai<sup>s</sup> en 12 de Oct<sup>e</sup> de 1637. (CORTESÃO, 1954, T. 2: 61-3)

Uma fonte da Companhia de Jesus computou em 1664 que 300 mil indígenas foram arrancados do Guairá e Paraná para São Paulo. Advertencias por que los Indios y Reduccionen de las Provincias del Guayrá se passaron al Parana y sitiaron juntos a las que los Religiosos de la Comp<sup>a</sup> de Jesus abian fundado alli. Sem data. Ano de 1664. (CORTESÃO, 1951, T. 1: 396-8)

Para Taunay, os paulistas teriam levado do Guairá em 1629 de 40 a 60 mil índios como escravos, segundo carta do vice-rei do Peru ao rei em 1632. Já os números passados pelo provincial do Paraguai, Francisco Vasquez

Pode-se alegar que os números aventados pelos jesuítas seriam tendenciosos, pois buscavam exagerar os estragos efetuados pelos sertanistas de São Paulo nas reduções jesuíticas-guaranis, a fim de obter reparação e socorro. No entanto, esta quantificação especulativa por parte dos padres antecedeu em quase vinte anos o período da destruição do Guairá. A Companhia de Jesus avaliava em 1610 que o Paraguai (nesse período o Rio da Prata ainda fazia parte desta governação), em relação às outras governações que compunham a Província Jesuítica do Paraguai (Chile e Tucumán) era a mais populosa, com cerca de 200 mil índios infieis, o que totalizava 1 milhão de almas, ao se incluir nesse cômputo as mulheres e filhos dos 200 mil varões. Só no Guairá, seriam 400 mil almas (IGLESIA, 1927: 43). Esse método jesuíta consistia em multiplicar por 5 cada índio registrado ou especulado, fazendo uma média dos indivíduos de cada família e apresentando o total de indivíduos através do termo “almas”, segundo esclarece Melià (MELIÀ, 1988: 49-59).

Esse autor, compulsando de maneira detida a vasta documentação sobre o período e região, afirma que, segundo se considerava na época, haveria 200.000 índios no Guairá, o que corresponde a 1.000.000 ou 800.000 almas, sendo que a maioria deveria ser guarani. O que foi registrado, segundo os índios dos *empadronamientos* e os índios *encomendados* daria 40.000 fogos, ou 200.000 pessoas. Antes dos ataques bandeirantes, conforme os livros de registros de batizados nas missões, os índios missioneiros teriam chegado a 38.500. Ao se incluir aqui os índios da região jesuítica que não eram reduzidos, teríamos umas 50.000 pessoas. Dos catecúmenos de San Ignacio e Loreto, sobreviventes das bandeiras de 1629, 12.000 migraram, sobrevivendo apenas 4.000 que chegaram ao Tape, seu destino final. Sobre a cifra dos índios levados do Guairá nas inúmeras bandeiras dos portugueses, incluindo índios das reduções, dos *pueblos* de índios e dos *encomendados* seriam 60.000 pessoas. Depois disso, o Guairá acabou despovoado, sobrando alguns grupos em pequenos redutos, escondidos nos montes, ainda de acordo com Melià (MELIÀ, 1988: 88-9). Tendo-se em mente que a destruição do Guairá foi a maior ação e que expedições de menor impacto foram efetuados também no Itatim, no Tape e no Uruguai, é de se supor que no máximo 100 mil índios teriam sido levados das províncias do Paraguai e Rio da Prata à capitania de São Vicente ao longo do século XVII.

---

Trujillo, de 200 mil levados em 1629, sendo 20 mil apenas numa bandeira, parecem como números descabidos. (TAUNAY, 1925, V. 2: 180-92)

Para John Monteiro, o número de 20 a 60 mil escravos levados do Guairá pelos portugueses seria algo factível. (MONTEIRO, 2000: 68-76)

O movimento missionário e o destino dos povos guaranis então reduzidos começaram a ter novo rumo a partir da concentração dos índios catequizados no Uruguai e no Tape. Embora as bandeiras tenham afligido essa região e o Itatim até o final da década de 40, as batalhas ocorridas entre os guaranis missioneiros em tropas com armas de fogo contra os portugueses de São Paulo e os índios sertanistas puseram fim às investidas sistemáticas dos bandeirantes. O marco desse movimento foi a derrota sofrida pelos portugueses no Mboboré em 1641. As entradas ao Paraguai e Rio do Prata não deixaram de ocorrer, mas a partir de então seriam de caráter esporádico.

O registro das batalhas entre portugueses e tupis contra os soldados guaranis da missão de Los Reyes de Yapeyú (grafada também como Llapeyu) no Uruguai em 1656 ajuda-nos a dimensionar o papel que esses índios passaram a desempenhar a partir de então como uma espécie de guarda dos domínios espanhóis, repelindo os avanços do gentio selvagem e do português rebelde naquelas terras, conforme tratado por mim em outro artigo (SPOSITO, 2011).

Esse evento demonstra não só que os índios foram instrumentalizados pelos agentes coloniais para os propósitos da consolidação dos Impérios ibéricos na América, mas que sua inserção nesse universo tinha como um dos objetivos fazer com que a estrutura colonial também os favorecesse.<sup>13</sup> No episódio em questão, os capitães indígenas se insurgiram com armas de fogo contra seus inimigos e procuraram fazer as mais altas autoridades coloniais – chegando por via indireta ao próprio rei – atender seus interesses. Pois, se os índios como vassallos tinham obrigação de proteger o rei e os seus domínios, ao soberano caberia resguardar a segurança e a liberdade de seus súditos. Conforme o enunciado, se muitos caminhos levavam aos guaranis, os guaranis também aprenderam esses meandros e foram traçando, dentro dos limites evidentes da conquista e aniquilação, sua própria trajetória dentro do sistema colonial.

---

<sup>13</sup> Em estudo consagrado e minucioso sobre as missões jesuítico-guaranis do Paraguai e Rio da Prata, Arno Kern, argumenta que os índios destas reduções tornaram-se “soldados do rei da Espanha”. Kern explica o sucesso das missões dos padres da Companhia de Jesus entre os guaranis como um projeto político da era moderna, mostrando como os índios foram cooptados e inseridos neste modelo, que lhes permitia um tipo de acesso ao universo colonial (KERN, 1982: 207).

## REFERÊNCIAS

### FONTES

- ACTAS da Camara da Villa de S. Paulo. Vol. 1. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat e Companhia, 1914
- ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933
- BIBLIOTECA Nacional. Rio de Janeiro. Coleção de Manuscritos. Fundo Missões Espanholas da América. II-36, 20, 8. Carta dando notícias das missões de Santo Inácio do Paraná e dos índios Guaycurus. 1613
- CORTESÃO, Jaime (org.) *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Manuscritos da Coleção De Angelis. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951
- \_\_\_\_\_. (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Manuscritos da Coleção De Angelis. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952
- DOCUMENTAÇÃO hespanhola. *Annaes do Museu Paulista*. Tomo 1. São Paulo: Oficinas do “Diário Oficial”, 1922
- DOCUMENTAÇÃO hespanhola bandeirante. *Annaes do Museu Paulista*. Tomo 2. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1925
- IGLESIA. *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1609-1614)*. Con advertência de Emilio Ravignani e introducción del P. Carlos Leonhardt, S. J. *Documentos para la Historia Argentina*. Tomo XIX. Buenos Aires: Talleres S. A. Jacobo Peuser Ltda., 1927
- NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931
- \_\_\_\_\_. Plano civilizador. Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Lisboa (Baía, 8 de maio de 1558). In: EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 238-46
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1879

## BIBLIOGRAFIA

- CHAMORRO, Graciela. *Decir el cuerpo*. Historia y etnografía del cuerpo en los pueblos Guaraní. Asunción: Tiempo de Historia/Fondec, 2009
- CORTESÃO, Jaime. A Província do Paraguai: origens; antecedentes portugueses; fundação, progresso e termo. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Manuscritos da Coleção De Angelis. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951
- EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000
- GUY, Donna J. and SHERIDAN, Thomas E. On frontiers. The Northern and Southern Edges of the Spanish Empire in the Americas. \_\_\_\_\_ (ed.). *Contested Ground. Comparative Frontiers on the Northern and Southern Edges of the Spanish Empire*. Tucson: The University of Arizona Press, 1998
- KANTOR, Iris. A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750). BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar. Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI e XIX*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005, p. 257-76
- \_\_\_\_\_. Usos diplomáticos da ilha-Brasil, polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*. Vol. 23, nº 37. Belo Horizonte: 2007, vol. 23, nº 37, p. 80. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a05.pdf>> Acesso 30 setembro 2012
- KERN, Arno. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado, 1982
- LANGER, Protásio Paulo. Etimologia dos etnônimos atribuídos aos Guarani do Paraguai e da Cordilheira Chiriguana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH*. Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em <[http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=775](http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775)> Acesso 30 setembro 2012
- MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido*. Ensayos de Etnohistoria. 2ª ed. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología, vol. 5/Centro de Estudios Antropológicos/Universidad Católica, 1988
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e portugueses nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995
- SLATTA, Richard W. *Comboys of the Americas*. New Haven: Yale University Press, 1990
- \_\_\_\_\_. Far Frontiers: Spanish Colonial Military Policy in Northern New Spain and Southern Río de la Plata. Paper presented at the Rocky Mountain Committee on Latin American Studies meeting. El Paso: Texas, Feb. 1992
- SOUZA, Neimar Machado. *A redução de Nuestra Señora de la Fe no Itatim: Entre a cruz e a espada (1631-1659)*. Dissertação de mestrado em História. Dourados: UFMS, 2002
- SPOSITO, Fernanda. SPOSITO, Fernanda. 'Bandeiras de Índios': enfrentamentos entre guaranis das missões jesuíticas e portuguesas de São Paulo nos limites entre os Impérios ibéricos (século XVII). In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH*. Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308062617\\_ARQUIVO\\_Bandeirasdeindios.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308062617_ARQUIVO_Bandeirasdeindios.pdf)> Acesso em 30 de setembro de 2012
- \_\_\_\_\_. *Santos, heróis ou demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26032013-110436/pt-br.php>> Acesso em 29 março 2013
- SUSNIK, Branislava. *Los Aborígenes del Paraguay*. II. Etnohistoria de los Guaraníes. Época colonial. Asunción, Museo Etnográfico Andres Barbero, 1979-1980
- \_\_\_\_\_. *El indio colonial del Paraguay*. I. El guaraní colonial. Asunción: Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1965
- TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Vol. 1. São Paulo: Typ. Ideal/Heitor L. Canton, 1924
- \_\_\_\_\_. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Tomo 2. São Paulo: São Paulo: Typ. Ideal/Heitor L. Canton, 1925